



## O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Fabiane Castilho Teixeira  
Caroline Broch  
Arestides Pereira da Silva Júnior  
Patric Paludett Flores  
Ana Luiza Barbosa Anversa  
Camila Rinaldi Bisconsini  
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira

### RESUMO

*Esta pesquisa descritiva e documental teve como objetivo discorrer sobre o processo de capacitação e assessoria pedagógica dos profissionais envolvidos com o Programa Segundo Tempo. Como fonte de dados utilizou-se de relatórios anuais publicados pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, organizados nos anos de 2011, 2012 e 2013, das Diretrizes Pedagógicas do Programa Segundo Tempo, bem como de estudos que tomaram por foco a temática em questão. Os resultados indicam que o processo de capacitação pedagógica se coloca como ferramenta em potencial para o Programa se consolidar como uma proposta organizada pedagogicamente e proporcionar melhor atendimento aos beneficiados. Conclui-se que o processo de capacitação pedagógica se apresenta como destaque no que diz respeito a um programa social, e que a atual estrutura avaliada se encontra em contínuo desenvolvimento, haja vista a produção pedagógica disponibilizada e atualizada ano a ano desde 2007.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Segundo Tempo; Capacitação Pedagógica; Recursos Humanos.

### INTRODUÇÃO

O Programa Segundo Tempo (PST) se coloca como uma política pública governamental existente há mais de uma década, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte (ME). Apresenta como objetivo “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhora da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social”, empregando o esporte em sua vertente

educacional como meio de fortalecimento do processo de inclusão e de preparação para a vida em sociedade (BARBOSA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

A denominação “esporte educacional” aparece na Lei Federal nº 9.615/98, como “aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer e do esporte” (BRASIL, 1998, Art. 3º, Par. I).

Nesse contexto, portanto, busca-se extrapolar o conceito da iniciação esportiva com foco na formação de atletas, na perspectiva de oportunizar uma ampla vivência motora e formação humana, por meio das atividades de lazer, esportes organizados e/ou assistemáticos e jogos (BARBOSA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

O PST tem por estratégia de funcionamento, o estabelecimento de parcerias institucionais, por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte. A partir desse momento as entidades conveniadas se tornam responsáveis pela execução do Programa, com o funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional (NEE), (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011).

Cada núcleo do PST se configura como um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens, tendo por finalidade ofertar, no contraturno escolar, atividades esportivas que podem reduzir o tempo ocioso dos beneficiados. Para tanto, devem oferecer atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou Esportes e atividades complementares. O Programa pode ser organizado e desenvolvido dentro ou fora da estrutura escolar, sendo coordenado por entidades públicas – Secretarias Estaduais, Municipais ou organizações da esfera federal, tais como o Ministério da Defesa.

Vale apresentar a composição dos Recursos Humanos atuantes nos convênios e núcleos do PST, os quais constituíram o foco da presente pesquisa – Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Coordenador Setorial, Coordenador e Monitor de núcleo.

Tendo por objetivo potencializar o bom funcionamento dos núcleos, a SNEELIS disponibiliza as entidades parceiras, cursos de capacitação pedagógica voltados aos membros de cada convênio e aos coordenadores de núcleo, com informações pertinentes à implantação das atividades e procedimentos administrativos e pedagógicos. Os cursos são oferecidos de

acordo com o cronograma regionalizado do PST. Dentro desse processo, a entidade proponente (o convênio) deve informar como irá promover, após o processo de capacitação dos coordenadores de núcleo, a capacitação dos monitores, bem como a articulação de encontros e debates sobre a avaliação do Projeto (do convênio) e a formação continuada (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011).

Considerando o exposto até então e as Diretrizes Pedagógicas do Programa Segundo Tempo, o objetivo do presente texto é discorrer o processo de capacitação e assessoria pedagógica dos profissionais envolvidos com o Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte.

## METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto para esta pesquisa, elegemos a pesquisa descritiva, na medida em que descreve e analisa ações de um determinado contexto (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007). Ela também apresenta características de uma pesquisa documental, que segundo Lakatos e Marconi (2009) é a fonte de coleta de dados restrita a documentos, sejam escritos ou não, provenientes de documentos de órgãos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Para a sua realização fez-se uso de relatórios anuais publicados pela SNELIS, bem como das Diretrizes Pedagógicas do PST.

Como fonte de dados foram utilizados dados de relatórios anuais publicados pela SNELIS, organizados nos anos de 2011, 2012 e 2013. Também foram utilizadas respostas de questionários referentes às avaliações gerais dos processos de capacitação pedagógica, realizadas ao final dos eventos referidos, em que são entregues questionários a todos os participantes, incluindo coordenadores e monitores, para que expressem o nível de satisfação e/ou insatisfação com o desenvolvimento da capacitação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM O PST

O processo de capacitação do PST se revela como um dos avanços conquistados pelo Programa, já que desde 2007 a SNELIS procura aperfeiçoar as Diretrizes Operacionais e a Proposta Pedagógica do Programa, sem perder de vista a compreensão de Esporte



Educacional, a fim de estabelecer sua identidade nacional e desenvolver um novo modelo de capacitação para os envolvidos no processo (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Para a capacitação pedagógica, a SNELIS conta com o apoio de uma rede de 19 Equipes Colaboradoras (ECs), compostas por docentes e pós-graduandos vinculados a 44 Instituições de Ensino Superior de todas as macrorregiões do país. Como ações principais, as ECs promovem as capacitações pedagógicas, orientam planejamentos, realizam visitas de acompanhamento e prestam assessoria direta aos coordenadores das entidades convenientes (OLIVEIRA; KRAVCHYCHYN, 2011).

Para o processo de formação do PST, uma equipe de professores da área de Educação Física organizou em um primeiro momento, no ano de 2007, a construção de suas Diretrizes Pedagógicas. Conforme Relatório da SNELIS (2008), esse material foi organizado tendo a preocupação primordial de subsidiar os profissionais que atuam no PST com conhecimentos relacionados à diversidade das ações desenvolvidas nos núcleos. Hansen; Perim e Oliveira (2009) destacam que nesse ano, o trabalho se pautou na necessidade de implantação das Diretrizes Pedagógicas do Programa.

A partir do material elaborado foi desenvolvido o desenho para a capacitação dos profissionais que atuam nos núcleos e, posteriormente, produzido o livro “Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo”, editado e publicado no ano de 2008.

Nesse momento se desenvolveu o primeiro ciclo de capacitação, no qual foram identificadas lacunas no processo de formação, dentre as quais, a necessidade de revisão e aprofundamento dos fundamentos pedagógicos estabelecidos inicialmente. Com isso, os autores iniciais, com a ajuda de outros que se somaram durante o processo, desenvolveram uma nova proposta pedagógica, resultando na segunda edição do livro “Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo” que teve por finalidade avançar em relação à concepção inicial, de forma a aproximá-la ainda mais da realidade dos núcleos do Programa.

A proposta desse material expõe a compreensão do esporte como fenômeno sociocultural, como instrumento formativo que pode ser empregado para a promoção de educação e de lazer, a qual, a partir dos conceitos discutidos, denota a compreensão da Proposta Pedagógica do PST. As temáticas desenvolvidas no processo de capacitação têm por referência primordial o conteúdo do livro “Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo”.

Com o intuito de materializar as propostas do PST, a SNELIS/ME oferece cursos de capacitação aos conveniados, voltados para o Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Coordenadores Setoriais (quando for o caso) e Coordenadores de Núcleo, com informações pertinentes à implantação dos núcleos e procedimentos administrativos e pedagógicos. Estes Recursos Humanos, obrigatoriamente, passam pelo processo de Capacitação Pedagógica, e num segundo momento terão sob sua responsabilidade a capacitação de seus monitores. A capacitação trata de temas pertinentes às ações dos Núcleos, com atenção especial ao processo de planejamento. Ressalta-se que durante as capacitações os coordenadores têm contato direto com os integrantes das Equipes Colaboradoras e podem aprimorar seus projetos, atendendo adequadamente as Diretrizes do PST.

Nesse sentido, o processo de capacitação pedagógica compreende etapas, em que a SNELIS/ME realiza um processo avaliativo sobre três dimensões: a) a infraestrutura e a logística disponibilizada para a realização do evento; b) as temáticas selecionadas para o processo de capacitação; e por fim, c) a metodologia utilizada no desenvolvimento das temáticas. A avaliação geral do processo de capacitação pedagógica é realizada ao final do evento, em que são entregues questionários à todos os participantes, incluindo coordenadores e monitores, para que expressem o nível de satisfação e/ou insatisfação com o desenvolvimento da capacitação.

Na Tabela 01 é possível verificar o nível de satisfação geral dos participantes do processo de capacitação em relação a todas as dimensões mencionadas anteriormente, compreendendo o período de 2011-2013.

Tabela 01: Satisfação e/ou insatisfação quanto ao processo de capacitação pedagógica do PST, de acordo com a percepção de participantes nos anos de 2011, 2012 e 2013.

	SATISFAÇÃO (%)	INSATISFAÇÃO (%)
2011	95	5
2012	94,5	5,5
2013	95,5	4,5
TOTAL	95 %	5 %

Conforme se pôde observar, os resultados sugerem que a capacitação pedagógica pode ser considerada adequada, visto que o nível geral de satisfação quanto ao processo, durante os anos de 2011, 2012 e 2013, conseguiu atingir um índice de 95% em todas as três dimensões, o que referenda substancialmente as ações adotadas para o seu processo. Um percentual mínimo de 5% dos participantes se revelou insatisfeito quanto ao desenvolvimento das dimensões abordadas durante a capacitação, sendo a infraestrutura e a logística as temáticas selecionadas, bem como a metodologia utilizada.

Figura 01: Nível de satisfação geral quanto ao processo de capacitação pedagógica do PST nos anos de 2011, 2012 e 2013.



É válido apontar, com base na Figura 01, que embora o nível de satisfação atinja 95% pelos participantes das capacitações, isso não se reflete em suas ações no cotidiano dos núcleos. As ECs ao realizarem as visitas *in loco* verificam fragilidades na prática pedagógica dos profissionais, especialmente relacionadas às questões de planejamento e dos procedimentos metodológicos adotados. O processo de capacitação se revela como um instrumento de grande valor para se entender as contribuições na formação de coordenadores de núcleo, bem como para que esses profissionais avaliem seus conhecimentos a respeito do Programa e, a partir daí, compreendam a utilidade dos saberes abordados e sua aplicabilidade em seus núcleos. Entretanto, só ele não garante que a proposta seja efetivada. Esse aspecto é

totalmente dependente do comprometimento ético e profissional de cada um dos responsáveis pelas atividades dos núcleos.

Nesse sentido, como o reflexo da formação oferecida nem sempre é percebido em um primeiro momento no cotidiano dos núcleos, o trabalho continuado das ECs se coloca como indispensável no âmbito do Programa, haja vista a relevância que tem apresentado para a efetivação das ações dos convênios, o qual tem evoluído continuamente, permitindo novas possibilidades de atuação e sucesso nos núcleos do PST. O trabalho das ECs vem chamando atenção de pesquisadores, como Rodrigues et al. (2012), que ressaltam o processo de formação e acompanhamento realizado, com o intuito de promover o trabalho conjunto junto aos profissionais atuantes no programa para o enfrentamento dos dilemas de sua prática cotidiana, incorporando a tal processo o conhecimento e as experiências dos mesmos. Essa característica coparticipativa é também tratada no estudo de Starepravo et al. (2012), realizado com 75 integrantes de ECs de todas as regiões do Brasil, o qual apresenta indicativos de que o contato pessoal entre os sujeitos com proximidade geográfica parece criar uma atmosfera de cumplicidade em prol do bom andamento do PST.

Dessa forma, a aproximação da produção de conhecimentos acadêmicos à “ponta” do trabalho, ou seja, do planejamento e concretização das ações junto aos beneficiados pelo PST, parece estar em contínuo processo de desenvolvimento.

## O ACOMPANHAMENTO E A ASSESSORIA PEDAGÓGICA NO PST

É válido apresentar algumas das ações da Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA) para entender a dinâmica da assessoria técnica e pedagógica junto aos convênios.

Como esclarece o Relatório da SNELIS, publicado em 2009, a primeira ação direcionada ao bom funcionamento do convênio, se refere à capacitação do coordenador geral, para que receba todas as informações relacionadas ao processo de gerenciamento e desenvolvimento das ações administrativas. Além das questões gerenciais, também o preparo e esclarecimento adequado em como estruturar o Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC), que servirá de referência a todos os núcleos.

Como ação posterior, apresentada no relatório, o convênio deverá encaminhar para a SNELIS, uma proposta de planejamento pedagógico. Esse encaminhamento será realizado, via eletrônica, diretamente para a Coordenação Geral de Implementação (CGIMP). Esta unidade técnica deverá disponibilizar no SIAPA (Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo) o Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC), para a CGAPA e a Equipe Pedagógica (EP). A Coordenação da EP indica o avaliador responsável pela análise do planejamento e futuro encaminhamento à CGAPA. A ordem de início<sup>1</sup> do convênio só ocorrerá após o atendimento das duas primeiras ações.

Posteriormente, com a aprovação do PPC, o coordenador geral deverá encaminhar para a CGIMP e implantar no SIAPA, os Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs), para serem avaliados pela Equipe Colaboradora (EC) responsável, iniciando-se as ações de acompanhamento e aconselhamento da equipe colaboradora.

Simultaneamente, os coordenadores de núcleo, pedagógico e, quando houver, os coordenadores setoriais, deverão passar pelo processo de capacitação pedagógica do programa. As capacitações são oferecidas depois de transcorrido um mês de experiência desses coordenadores junto aos núcleos do convênio.

Como destaca o Relatório da SNELIS (2009), esse período é adotado para contribuir na definição e entendimento adequados, da realidade em que os coordenadores se defrontam no cotidiano dos núcleos. Durante as capacitações, os coordenadores de núcleo têm contato direto com os integrantes da equipe colaboradora responsável, podendo aprimorar seus PPNs, considerado importante elemento norteador da prática pedagógica desenvolvida.

De acordo com o referido relatório, em ação diferenciada, as equipes colaboradoras realizam visitas aos núcleos, cujos procedimentos para a organização das visitas, se pautam na definição de uma amostra representativa do convênio. Mediante definição básica, todos os convênios devem ser visitados (100%) e, do total de seus núcleos, 20% no mínimo. O documento evidencia que a EC deverá ter clareza do Plano de Trabalho do Convênio, pois estabelece a forma como o convênio está estruturado e quais são as particularidades estabelecidas em relação a atendimento, estrutura física, material, grade horária e profissionais vinculados.

<sup>1</sup> Autorização do Ministério do Esporte para os núcleos iniciarem suas atividades.





Nesse sentido, faz-se necessário a organização das equipes colaboradoras, de tal forma, que possam apresentar um Relatório Consolidado por semestre, ou ciclo pedagógico, de cada convênio. Em síntese, como explicam Hansen; Perim; Oliveira (2009), o acompanhamento das ECs ocorre mediante as seguintes ações: assessoria aos profissionais dos núcleos do PST na construção de seus planejamentos pedagógicos, de forma a atender as Diretrizes do PST; visitas para avaliação *in loco*; plantão permanente à distância junto ao convênio e promoção do processo de capacitação dos coordenadores de núcleo.

Para o delineamento do plano de ação das ECs junto aos Convênios e núcleos do PST enfoca-se a importância dos membros das ECs programarem suas visitas, com base em reflexões, tanto acerca de ações pertinentes à sua assessoria pedagógica, com base nas orientações pedagógicas do PST, quanto da interação efetiva com os atores envolvidos com o Programa. Isto significa que, para além da avaliação, ou seja, diagnóstico da situação dos núcleos, é necessário buscar estreita aproximação com os coordenadores e monitores, como forma de compreender os problemas enfrentados e de realizar reflexões e sugestões sobre como podem ser minimizados.

Nesse sentido, tanto a construção conjunta de conhecimentos quanto a edificação de ações conexas aos problemas encontrados nos núcleos, contribuem para a formação permanente dos atores sociais envolvidos. A partir do exposto até então, é possível identificar o processo formação como uma ferramenta em potencial para o PST se consolidar como um programa organizado, com vistas a contribuir na efetivação de suas propostas pedagógicas, e por conseguinte, proporcionar melhor atendimento aos beneficiados atendidos pelo Programa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2007 houve a inquietação da SNELIS/ME em aperfeiçoar as Diretrizes Operacionais e a Proposta Pedagógica do Programa, a fim de estabelecer sua identidade nacional e desenvolver um novo modelo de capacitação para os envolvidos no processo.

As capacitações oferecidas aos profissionais vinculados ao Programa se situam como investimentos para o seu aprimoramento, com vistas a alcançar as finalidades almejadas. De tal modo, além da construção de uma proposta pedagógica pelas instituições proponentes dos convênios, o processo de capacitação pedagógica dos recursos humanos é indispensável, haja

vista que os profissionais atuantes nos núcleos são diretamente responsáveis pela consolidação dos objetivos e desafios idealizados para o PST.

Desse modo, os resultados encontrados sugerem que a capacitação pedagógica ofertada aos recursos humanos do Programa pode ser considerada adequada, visto que durante os anos de 2011, 2012 e 2013 o processo de capacitação conseguiu atingir um nível geral de satisfação acima de 95% por parte dos participantes. Mas com o destaque de que essa satisfação não garante que se reflita efetivamente na mesma proporção junto aos núcleos em seus cotidianos.

Nesse sentido, o processo de capacitação e assessoria pedagógica efetivado pelas ECs se apresenta integrado a todo o sistema desenvolvido, sendo de fundamental importância para que o PST se consolide de forma legítima socialmente. Os primeiros passos para o alcance deste propósito já estão consolidados, visto que o processo está em pleno desenvolvimento e vem atingindo níveis de satisfação elevados. Entretanto, a tarefa se coloca como um constante desafio e merece toda a atenção da SNELIS.

#### ABSTRACT

*The descriptive and documentary research aimed to discuss the process of pedagogical training and advisory of professionals involved with the “Programa Segundo Tempo”. As a source of data, we used annual reports published by the “Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social”, organized in the years 2011, 2012 and 2013, the Pedagogical Program Guidelines Second Time as well as studies by taking the focus topic in question. The results indicate that the process of training pedagogical arises as a tool for potential program to consolidate as an organized proposal pedagogically and provide better services to beneficiaries. We conclude that the process of pedagogical training presentes as highlighted in regards to a social program and that the current structure is evaluated in ongoing development, given the available and updated pedagogical production year by year since 2007.*

**KEYWORDS:** *Second Time Program; Pedagogical training; Human Resources.*

#### RESUMEN

*Esta investigación descriptiva y documental tiene como objetivo discutir el proceso de formación y asesoramiento pedagógico de los profesionales del “Programa Segundo Tempo”. Como fuente de datos se utilizaron los informes anuales publicados por el “Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social”, organizado en los años 2011, 2012 y 2013, el Pedagógico Normas del Programa Segundo Tempo, así como*

*estudios cursando enfoque el tema en cuestión. Los resultados indican que el proceso de formación pedagógica es eficaz como una herramienta potencial para el Programa consolidar como propuesta pedagógica organizada y brindar un mejor servicio a los beneficiarios. Concluye que el proceso de formación pedagógica presenta como destaca en lo que respecta a un programa social, y que la estructura actual se evalúa en el desarrollo en curso, teniendo en cuenta la disposición y se actualizará cada año de producción pedagógica desde 2007.*

**PALABRAS CLAVES:** Programa Segundo Tiempo; Formación Pedagógica; Recursos Humanos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.; PERIM, G. L.; OLIVEIRA, A. A. B. In Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Orgs.), *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009.

BRASIL. *Lei n. 9.515, de 24 de março de 1998*. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm). Acesso 10 junho de 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Programa Segundo Tempo: diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias*. Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2011. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/segundotempo>> Acesso em: 13 junho de 2014.

OLIVEIRA, A. A. B; PERIM, G. L. (Orgs). *Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo*. Maringá: EDUEM, 2008.

RODRIGUES, H. A.; RUFINO, L. G. B.; SOUZA JÚNIOR, O. M.; COUTINHO, S. S. O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. *Motrivivência*, Florianópolis, n.38, 2012.

STAREPRAVO, F. A.; BARBOSA-RINALDI, I. P.; PIZANI, J.; SERON, T. D.; TEIXEIRA, R. T. S.; OLIVEIRA, A. A. B. (2012). As Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. *Motrivivência*, Florianópolis, n.38, 2012.

SOUZA, D. L. Determinantes para a implementação de um projeto social. *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.3, p.689-700, jul./set., 2010.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. *Métodos de pesquisa em atividade física*. Porto Alegre: Artmed, 2007.



**DADOS DA AUTORA**

**AUTORA:** Fabiane Castilho Teixeira.

**ENDEREÇO:** Rua Osvaldo Cruz, 317, apto 601. Bairro: Zona 07.

**CEP:** 87020-070.

**CIDADE:** Maringá/PR.

**E-MAIL:** [fabianecteixeira@gmail.com](mailto:fabianecteixeira@gmail.com)